

AUTORES INDÍGENAS VERSUS DISCURSO DO COLONIZADOR: DESENCONTROS ENTRE POSIÇÕES-SUJEITO

Hellen Cristina Picanço Simas¹
Jocifran Ramos Martins²

Resumo: Discutem-se as posições-sujeito que se constituem nos dizeres dos acadêmicos, bem como apresenta as concepções de educação escolar indígena que norteiam seu trabalho. Utilizou-se como referencial teórico a Análise de Discurso de linha francesa, conforme proposta por Michel Pêcheux. Os resultados apontam que não há correspondência entre lugar social de indígena e as posições-sujeito que se marcam em seu discurso. Este se apresenta como enunciador de posições ideológicas do colonizador ou como sujeito de direito ou sujeito acadêmico científico. A Educação Escolar Indígena é apresentada a partir da perspectiva do direito, com discussão generalizante sobre o tema, ou seja, não se identificam as visões de educação escolar especificamente dos povos Sateré-Mawé e Kaixana em estudo, as quais os trabalhos se propõem a discutir, o que demonstra o quão forte ainda é o assujeitamento do indígena à posição ideológica do colonizador.

Palavras-chave: discurso; identidade; Tikuna; Sateré-Mawé

Indigenous authors versus the colonizer's speech: mismatch between subject-positions

Abstract: The subject-positions that constitute the words of the academics are discussed, as well as the conceptions of indigenous school education that guide their work. The French Discourse Analysis, as proposed by Michel Pêcheux, was used as the theoretical framework. The results indicate that there is no correspondence between social place of indigenous people and the subject-positions that are marked in their discourse. This is presented as an enunciator of ideological positions of the colonizer or as subject of law or scientific academic subject. The Indigenous School Education is presented from the perspective of the law, with a generalizing discussion about the theme. In other words, the school education's visions specifically of the Sateré-Mawé and Kaixana people under study are not identified, which the work proposes to discuss, which demonstrates how strong still is the subjugation of the indigenous to the ideological position of the colonizer.

Keywords: speech; identity; Tikuna; Sateré-Mawé

¹ Universidade Federal do Amazonas (india.parintintins@gmail.com)

² Secretaria do Educação do Estado do Amazonas (jociframartins@gmail.com)

INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena, desde a década de 1980, vem conquistando significativos avanços no que diz respeito à legislação que a regulamenta. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, por exemplo, no Título VIII - Das Disposições Gerais, Artigos 78 e 79, trata especificamente da educação escolar indígena: "a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa". No entanto, para a prática de uma educação específica, diferenciada, bilíngue e de qualidade, ainda há muitos conflitos e contradições a serem superados. Este artigo pretende justamente refletir sobre as posições-sujeito que se constituem em trabalhos acadêmicos de alunos indígenas de curso de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, com objetivo de: i) discutir a noção de posição-sujeito para a Análise do Discurso; ii) analisar as posições-sujeito presentes nos textos em estudo; iii) analisar se as formações discursivas em prol da educação escolar indígena diferenciada são assumidas pelos sujeitos discursivos nos textos que constituem o corpus deste estudo. Espera-se, a partir dos resultados apontados neste trabalho, problematizar que o sujeito discursivo interpelado pela ideologia e pela linguagem produz sentidos que não estão relacionados diretamente ao seu lugar social e sua etnicidade.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfico-explicativa e delimitou-se o corpus de estudo da seguinte maneira: uma dissertação de mestrado intitulada *A Educação Escolar de Indígenas Ticuna do Alto Solimões*, vinculada ao programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura - PPGSCA/UFAM; e um trabalho de conclusão da graduação intitulado *A Aprendizagem Escolar Indígena e As Práticas Pedagógicas: Uma Análise Teórica*, vinculado ao curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - UFAM, dando-se um tratamento qualitativo aos dados. Os pressupostos da Análise de Discurso de tradição francesa formam a base norteadora das análises e das discussões do *corpus* de estudo.

A seguir, passa-se a apresentar os povos estudados, em seção intitulada "Os povos Kaixana e Sateré-Mawé". Depois, discute-se o referencial teórico do estudo na seção intitulada Análise de Discurso: conceitos-chave. Então, apresentam-se as análises e as discussões divididas na seção Textos Indígenas Sateré-Mawé e Kaixana em questão. Por fim, apresentam-se as conclusões desta pesquisa.

OS POVOS SATERÉ-MAWÉ E KAIXANA: POPULAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E FILIAÇÃO LINGUÍSTICA

Neste momento, vamos apresentar a etnia a que pertencem os sujeitos indígenas cujos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso são investigados nesta pesquisa. Trata-se de um acadêmico Sateré-Mawé, finalista do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e de uma acadêmica de mestrado do programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, da Universidade Federal do Amazonas. Passemos a conhecer os povos Sateré-Mawé e Kaixana.

Os Sateré-Mawé

O povo Sateré-Mawé é falante da língua Sateré-Mawé, da família linguística mawé, pertencente ao tronco Tupi, língua falada por aproximadamente 8.103 pessoas (IBGE, 2020). Eles estão em contato com a sociedade não indígena há pelo menos 300 anos (SILVA, 2007). No período de 1833 a 1839, há registros de que participaram da Cabanagem e, no início do XX, o contato se tornou mais intenso devido ao Ciclo da Borracha: seringueiros invadiram as terras dos Sateré para extração do látex das seringueiras. Atualmente o contato se intensifica por causa da expansão das cidades, cada vez mais próximas das Terras Indígenas - TIs, da migração para as urbes, motivada, geralmente, pelo desejo de acesso a melhor educação, saúde, emprego e moradia.

O povo Sateré-Mawé está distribuído, segundo levantamento de Teixeira (2005), em 91 aldeias na Terra Indígena Andirá-Marau (TI), localizada na região do Médio Rio Amazonas, mais precisamente entre os estados do Amazonas (AM) e Pará (PA). Nesta TI, vivem aproximadamente 13.310 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2020). Os Sateré-Mawé vivem também numa área dentro da terra indígena Koatá-Laranjal, espaço esse que é dividido com o povo Munduruku, no estado do Pará. Há muitos Sateré-Mawé residindo em urbes próximas as suas terras originárias. Por exemplo, em Parintins há aproximadamente 519 Sateré-Mawé vivendo no perímetro urbano da cidade (SIMAS; FERNANDES; PEREIRA, 2016).

Os Sateré-Mawé se consideram filhos do waraná (guaraná, para os não indígenas), o qual, segundo o povo, contém o princípio de todo conhecimento. Dividem-se em cinco clãs: “Saterê, o clã principal e detentor dos direitos

políticos do povo; Napu'wany'ã, o clã agricultor; Koreriwá, o clã caçador; Watunriá, o clã pescador e Hwariá, o clã dos guerreiros” (YAMÃ, 2007, p. 15). Autodenominam-se povo Mari, porém são conhecidos na literatura como povo Sateré-Mawé, cujo significado corresponde à lagarta de fogo para Sateré, nome do clã do qual provêm as lideranças, e papagaio falante e inteligente para Mawé.

São internacionalmente conhecidos pelo cultivo do waraná, fruto do qual se faz uma bebida, após passar pelos processos de secagem, torragem e moagem, a qual é consumida diariamente em situações de rituais ou não pelos indígenas. Aproximadamente 500 famílias Sateré-Mawé³ (CSPM, 2018) produzem o guaraná que é comercializado pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CSPM).

Os Kaixana

Este povo forma uma população de 1.225 pessoas (IBGE, 2020), que vivem entre os municípios de Tonantins, Japurá e Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Amaturá, no estado do Amazonas (SOCIOAMBIENTAL, 2018). Distribui-se em dez comunidades localizadas em três terras indígenas: Mapari, São Sebastião e Barreira da Missão, estabelecidas ao longo dos rios Putumayo, Içá, Japurá, Tonantins e Mapari, no Alto Solimões. Na Terra Indígena Barreira da Missão, vivem também indígenas Kambeba, Kokama e Tikuna. São falantes da língua Kaixana da família linguística Aruak não vinculada a nenhum tronco linguístico. No processo de colonização, grande parte da população Kaixana passou a falar o Nheengatu, abandonando a língua Kaixana. Atualmente novamente passam por mudanças linguísticas: estão a falar a língua Portuguesa, abandonando a língua geral amazônica: Nheengatu (SOCIOAMBIENTAL, 2018).

Os Kaixana realizam atividade de caça, pesca, agricultura e coleta vegetal, extraíndo da floresta, principalmente, a castanha, que exerce papel importante do ponto de vista econômico (comercializam o fruto), nutricional (é fonte de

³ Site do consórcio: <http://www.nusoken.com/>

proteína) e cultural (a colheita em grupo é um acontecimento social importante para os Kaixana).

Conhecidos os dois povos indígenas dos quais são oriundos os acadêmicos que chegaram à universidade pública e tornaram-se, respectivamente, graduado em Pedagogia e mestre em Sociedade e Cultura no Amazonas, cujos trabalhos compõem nosso *corpus* de estudo, passaremos a discutir o conceito de identidade na perspectiva da Análise de Discurso, base teórica que respaldará as análises desta pesquisa.

IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO

Não se consegue viver sem significar. A todo o momento o indivíduo, ou seja, o sujeito empírico, é intimado a manifestar-se discursivamente, a fim de expressar sua posição diante do mundo, fazer conhecer sua sujeição ideológica, isto é, identificar-se, tornar-se sujeito pela assunção de um posicionamento discursivo frente à realidade vivenciada. Para isso, a todo instante os sentidos se fazem necessários para expressar a realidade e constituir o sujeito, pois “ao significar o sujeito se significa” (ORLANDI, 2001a, p. 204). É a linguagem que realiza a tarefa de mediar a relação indivíduo-mundo, procurando simbolizar o momento social e histórico.

É sob esse aspecto que a Análise de Discurso (AD) compreende a ideologia, em outras palavras, como o conjunto de sentidos com os quais os sujeitos representam discursivamente sua realidade e, assim, constituem-se como tal, pois “sujeito e sentido se configuram ao mesmo tempo e é nisso que consistem os processos de identificação” (ORLANDI, 2001a, p. 205). Dito de outra forma, o ser social e histórico que somos determina as escolhas do que e como dizemos. E o que somos é percebido pelos outros pela forma e pelos sentidos com que compreendemos e expressamos a realidade social e histórica em que vivemos.

Ao tomar a palavra, o indivíduo, ou seja, o sujeito empírico, assume a posição-sujeito do discurso. Nessa posição, afetado diretamente pela constituição social, histórica e ideológica de sua origem, habilita-se para enunciar. E o faz sob a ilusão da evidência, ao crer que a sua forma de dizer (as escolhas lexicais e as combinações frasais que realiza com o intuito de significar o mundo a sua volta) é a mais precisa e fiel para simbolizar a realidade. Além

disso, julga-se livre para fazer essas escolhas com que construirá sua compreensão de mundo. O sujeito em AD constrói-se sem consciência de que esses sentidos prefiguram no já-dito em outro momento e em outro lugar.

A AD, portanto, compreende a identidade como um constante movimento de identificação realizado pelo sujeito. Inconscientemente, ele se submete ao jogo de sentidos das diversas regiões do interdiscurso (onde os sentidos estão dispersos, ainda que já utilizados antes, à disposição do sujeito como memória para figurar no discurso) que o afetam diretamente como sujeito empírico e refletem, a princípio, na posição-sujeito discursivo. Por isso Grigoletto (2005a), ao pensar a identidade no plano do discurso, acredita que ela é uma construção simbólica, imaginária. O sujeito biológico identifica-se com determinados sentidos presentes no interdiscurso e com eles construiria uma possível identidade e tornando-se sujeito do discurso.

Mas isso, ainda segundo essa autora, não ocorre de maneira direta, de modo que se poderia antever sempre os sentidos que o sujeito empírico utilizaria ao enunciar, ligando-se imediata e linearmente à sua origem étnica, social. Ao assumir a posição-sujeito e aventurar-se pelas sendas da formulação, identifica-se inconscientemente com novas formas de expressar a realidade, bifurcações possíveis para utilização de sentidos outros, resultado de aproximação com o que o sujeito considera mais eficiente, adequado, conforme as condições de produção, isto é, de onde, por que, para quem e em que momento fala, quais os objetivos do dito, o que é esperado que diga etc. Assim, formula com estes outros sentidos imiscuindo-se no seu dizer.

A identidade em AD seria, então, sentidos em movimento. Segundo Grigoletto (2005), a pretensa identidade do sujeito estaria ligada ao estágio da constituição e à identificação, ao da formulação. Nessa identificação com esta ou com aquela maneira de compreender e expressar o mundo, a posição-sujeito passa a utilizar os grupos de sentidos de diversas FDs. E, assim, assume em seu discurso essas leituras da realidade. Porém, apresenta-se no intradiscurso como unidade e originalidade, ainda que o componha com diferentes formas-sujeito responsáveis pelos saberes característicos das diferentes FDs com as quais se identifica. O sujeito, portanto, não está vazio, ele é preenchido pelas formas-sujeito, segundo Pêcheux (1975).

Há de se considerar, então, que o discurso não é mera informação, mas constante troca de sentidos e seus efeitos entre locutores. A posição-sujeito

guarda e expressa influências da exterioridade, de acordo com o momento histórico, com o atrelamento social e institucional do acontecimento discursivo pelo qual se faz sujeito, pela antecipação que o deixa preso à expectativa com a recepção das formas de significar (ORLANDI, 2002b).

O indivíduo, sujeito empírico, ao assumir a posição discursiva traz consigo as marcas de seu lugar social, cujos sentidos característicos geram expectativas na construção e na recepção do que vai dizer. Ainda que pré-determinado pelos sentidos desse lugar social, ao passar para o lugar discursivo, pode fazer sentir concretamente as condições de produção, nas quais seu discurso se constrói, e promover a adesão às regiões do dizer diferentes das que, acredita-se, deveriam representar a posição social que empiricamente representa.

Sob a perspectiva da AD, a(s) identidade(s) é(são) resultado de filiações a posições discursivas que o indivíduo assume para compor seu enunciado, buscando expressar suas compreensões de mundo, posições essas “que se constituem em processos de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2001a, p. 204) nos quais se deve considerar as condições de produção.

Ainda sobre os movimentos de construção do sujeito e, conseqüentemente, das identidades no plano do discurso, Pêcheux (1975) afirma que o indivíduo, ao assumir a posição-sujeito, pode agir de três maneiras: reafirmar a forma-sujeito representante de determinada Formação Discursiva com cujos sentidos se acredita que ele também se constitui histórica e socialmente; pode eclipsar essa esperada primeira posição e, de maneira inconsciente, adotar outra ou outras FDs, as quais, a princípio, não se espera que o afetem diretamente; há, ainda, a possibilidade de negar voluntariamente a forma-sujeito da formação discursiva cujos sentidos parecem representar o sujeito empírico, e promover a desidentificação consciente, seja pela revolta, seja pelo questionamento.

Quando o sujeito é instado a significar a realidade com mediação da língua, cria-se a expectativa de que o faça com sentidos que expressem e representem o indivíduo e sua posição histórico-social, uma vez que o significante apresenta-se com a ilusão da transparência, da sistematicidade, da coerência, da evidência. Mas na materialidade linguística está a instabilidade, a incompletude e a falta, o que instiga a busca por novas formas de dizer. Sob a face neutra do significante há inúmeras possibilidades de sentidos e, ao mesmo

tempo, a incapacidade de expressar fielmente a realidade, pois ela não é direta nem totalmente apreensível pelo simbólico. Daí, diante das supostas liberdade e originalidade da posição-sujeito e de sua busca incessante pela completude, apresentam-se outros sentidos, o que torna permeáveis as fronteiras imaginárias das FDs (ORLANDI, 2002; TASSO, 2005).

A identificação, então, é construída com sentidos em deriva que extrapolam o intradiscurso e se alimentam do interdiscurso. Inconscientemente, a posição-sujeito constrói uma pretensa unidade na incorporação do já-dito oriundo de formas-sujeito de diferentes FDs. A escolha se dá exclusivamente em decorrência das condições de produção, da posição-sujeito afetada pelo contexto social e histórico. Dessa maneira, orienta suas escolhas por esta ou por aquela FD e, em contrapartida, exclui outras. E, dessa forma, em movimentos identificatórios ou desidentificatórios, em fluxo constante, constituindo a identidade heterogênea, apresenta-se, faz conhecer quem é, como pensa, em que acredita.

É pela busca de completude, pela saciedade da falta, pela ilusão de liberdade e de originalidade que a identidade se compõe no discurso em processo de deslize. Em movimento incessante de aproximação, de distanciamento, de negação e de afirmação dos sentidos constituintes de variadas FDs que se constrói a identidade do sujeito discursivo. Portanto, à luz da AD, a identidade não é estável, acabada, monolítica, mas fragmentada, fraturada, em curso constante de construção, desconstrução e reconstrução, referenciada por semelhança e diferença, por nós e outros.

POSIÇÃO SUJEITO VERSUS IDENTIFICAÇÃO DISCURSIVA

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, ocupa posições ao dizer, mas isso ocorre no momento em que ele entra na linguagem, no social e no histórico (Pêcheux, 1997). O sujeito é interpelado e é atravessado por um dizer. Por um lado, está submetido a uma estrutura de linguagem e, por outro, a sentidos já constituídos na historicidade e na memória. “A forma-sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia, é uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade” (ORLANDI, 2002, p. 71, 72; 2001, p. 105-106). O sujeito do discurso é uma Forma-Sujeito que se inscreve numa determinada formação discursiva. Logo, não pode ser confundido com o indivíduo e seu lugar social: espaço empírico em que o sujeito empírico acontece. Assim, fica claro que o

indivíduo enquanto sujeito empírico não é sujeito do discurso (forma-sujeito). Assim como lugar social não pode ser confundido com posição sujeito: lugar assumido pelo sujeito do discurso num determinado texto.

Destaca-se que, “partindo do conceito de formações imaginárias, cunhado por Pêcheux (1969), podemos dizer que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, construídos no interior de uma formação social” (GRIGOLETTO, 2005b, p.4). Assim, se o sujeito ocupa o lugar social de ser indígena, a academia, por exemplo, espera que ele assuma em seus textos posição-sujeito de defensor das causas indígenas, por exemplo, ou que se identifique como membro desse grupo numa forma de valorização de sua identidade étnica. Entende-se que, por muitos anos, o indígena foi silenciado, não tendo voz e sendo tratado como selvagem. Desde a constituição de 1988, os movimentos indígenas têm combatido esse tipo de tratamento e construído outras expectativas discursivas, ao levar aos vários espaços discursivos suas causas, sua história, seus valores culturais e linguísticos. Eles criaram rádio online, páginas em redes sociais ou sites, ocuparam cargos políticos, em universidades e dentro de suas escolas indígenas. Essa nova história que escrevem sobre si faz-nos pensar que no gênero textual acadêmico trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese serão espaços discursivos para observar o aparecimento da voz indígena em defesa de seu povo, ou seja, que os sujeitos discursivos se filiarão a sentidos que circulam em formações discursivas ligadas a posições ideológicas que valorizam os povos nativos, pois “a identidade refere-se à maneira pela qual os sujeitos-indígenas se identificam com uma forma-sujeito indígena, a qual organiza o imaginário sobre o que é ser índio em uma determinada conjuntura, a partir do filtro das formações imaginárias” (SILVA, 2017, p.62).

TEXTOS INDÍGENAS SATERÉ E KAIXANA EM QUESTÃO

Posição sujeito discursivo no trabalho de conclusão de curso intitulado a aprendizagem escolar indígena e as práticas pedagógicas: uma análise teórica?

Nesta seção, serão apresentadas sequências discursivas retiradas do TCC em estudo para identificar as posições-sujeito assumidas pelo sujeito empírico

indígena Sateré-Mawé, a fim de verificar se elas se filiam às formações ideológicas de valorização dos povos indígenas.

A posição-sujeito do discurso (forma-sujeito) identifica-se com a Formação Discursiva do discurso Acadêmico-Científico e traz do interdiscurso, ou seja, “o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem” (ORLANDI, 2001a, p.206), saberes da ciência enunciados como os presentes nas sequências discursivas (SD) a seguir:

SD1: O aluno indígena tem a possibilidade de inserir-se no processo de ensino, desde a Constituição Federal de 1988” (ALUNO SATERÉ, 2016, p.4);

SD2: Trata especificamente sobre esse sistema educacional, garantindo aos índios o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas ou não (ALUNO SATERÉ, 2016, p.5);

SD3: Para os indígenas todos os processos de aprendizagem se dão à medida que cada criança ou adulto se desenvolve por si só dentro de um conjunto de relações com os outros, sendo autônomos, mas pensando num bem maior (ALUNO SATERÉ, 2016, p.10).

As SDs 1, 2 e 3 mostram a mesma posição e regularidade de formação discursiva, principalmente identificadas a partir dos usos lexicais dos termos em destaque: “o aluno indígena”, “aos índios” e “para os indígenas”, as quais mostram que o sujeito do discurso, apesar de ter como lugar social ser indígena Sateré-Mawé, assume a posição sujeito aluno acadêmico, falando do grupo de sujeitos ao qual pertence etnicamente em terceira pessoa. Coloca-se no lugar do sujeito do discurso científico sustentado pela formação discursiva acadêmica, que orienta que o pesquisador deve se distanciar do seu objeto de estudo: o povo Sateré-Mawé, no caso. Logo, o sujeito empírico indígena, ao deparar-se com as relações de poder estabelecidas no lugar social em que está estudando, a faculdade, é atravessado pela formação ideológica da academia e se constrói em seu TCC na posição-sujeito aluno universitário, não marcando discursivamente sua etnicidade.

As condições de produção são determinantes também para o sujeito se inscrever num determinado lugar discursivo. O aluno Sateré-Mawé, sujeito desse discurso, ao passar do espaço empírico para o espaço discursivo

acadêmico, inscreve-se no lugar discursivo da ciência, o qual está determinado pela posição de poder institucional que a universidade representa socialmente.

Segundo as Formações Imaginárias (ORLANDI, 2019), o sujeito é capaz de antecipar-se, isto é, colocar-se no lugar de quem vai receber suas palavras e a forma com que as diz. Por isso, regula seu dizer deste ou daquele jeito, conforme o efeito que acredita irá provocar no interlocutor. O aluno indígena, então, ao assumir a posição-sujeito da ciência como aluno universitário, fará a regulação que julgar necessária para que o dito tenha o efeito que avalia como o melhor possível dentro do contexto da produção/recepção do seu discurso. Por essa razão Orlandi (Idem) pensa o discurso como o efeito de sentidos entre locutores, pois nas condições de produção dos dizeres conjugam-se o lado material, composto pela língua e pela história, o lado institucional, que é a formação social em que o indivíduo se insere, e o imaginário, que são as projeções de sentidos que ele faz ao se propor enunciar.

O sujeito do discurso científico, por isso, seleciona do interdiscurso, lugar onde circulam vários saberes científicos e os saberes sobre as formas linguísticas que compõem o repertório da linguagem acadêmica-científica, o que considera relevante para aquela produção, num movimento de identificação com a FD do discurso acadêmico-científico. Assim, como na academia preza-se pelo rigor científico e formalidade, ou seja, não se devem utilizar gírias, chavões, coloquialismo, subjetividade e/ou emoções pessoais nos textos, o sujeito discursivo considera essas condições de produção, escreve seu trabalho e se inscreve dentro do contexto discursivo acadêmico-científico, não marcando linguisticamente sua etnicidade e referindo-se a seu povo em terceira pessoa, pois inconscientemente assume a posição-sujeito identificada com o saber científico sobre escrita acadêmica.

O sujeito, inclusive, por ser interpelado pela ideologia e pela linguagem, de forma inconsciente, utiliza a expressão “os índios”, tão marcada pela memória discursiva construída pelo colonizador sobre os indígenas: índio é termo em referência aos habitantes das Índias, onde o colonizador pensou ter aportado. Dessa maneira, verifica-se não só a posição-sujeito aluno acadêmico, mas a posição-sujeito não indígena sustentada pela expressão “os índios”.

Os povos nativos se autodenominam indígenas, mas o sujeito do discurso se refere a eles como índios, colocando-se na posição sujeito colonizador e/ou posição sujeito não indígena. O termo índio é uma nomeação dado pelo outro e

é carregada de memória discursiva ligada ao processo de colonização, apagamento e silenciamento do indígena. Sentidos como selvagem e violentos também fazem-se presentes na memória discursiva acionada no texto.

Formação discursiva sobre a educação escolar no trabalho de conclusão de curso intitulado a aprendizagem escolar indígena e as práticas pedagógicas: uma análise teórica?

Nesta seção, serão apresentadas sequências discursivas retiradas do TCC do aluno Sateré-Mawé para conhecer os sentidos que significam o modelo de educação escolar Sateré-Mawé e daí identificar a formação discursiva (FD) que a posição-sujeito representa.

Inicialmente, verifica-se que não há no TCC uma discussão sobre o modelo de educação especificamente Sateré. É apresentada uma visão diferenciada de educação, mas ainda sem tratar da especificidade de cada povo indígena, como podemos identificar na SD a seguir:

SD4: Por isso, é necessário um modelo pedagógico diferenciado, baseado na maneira de como as crianças indígenas veem o mundo não-índio e o uso do idioma materno. Esses processos de aprendizagem são fundamentais para a escola indígena, pois esta pode usufruir da possibilidade de colocar em prática suas concepções próprias sobre o que deve ser ensinado, o que deve ser aprendido pelos alunos, quando planejado com o querer e formas de representações da comunidade” (ALUNO SATERÉ, 2016, p.10);

O sujeito discursivo, no início do trabalho, chega a citar que o Referencial para as Escolas Indígenas (RCNEI) pensa a educação para o povo indígena, porém, não apresenta como seria a Educação Escolar Sateré:

SD5: Este documento afirma que é preciso fazer uma reavaliação contínua da atuação pedagógica para que possa de fato promover, junto aos alunos indígenas um pleno exercício da cidadania e da interculturalidade, com respeito as suas particularidades (ALUNO SATERÉ, 2016, p.7).

Logo, os sentidos que constroem o modelo de educação escolar indígena são oriundos de uma FD cujo representante na forma-sujeito é o de direito, sujeito Estado, instituidor de normas e do modelo de educação escolar indígena. O sujeito do discurso não se posiciona como interlocutor da causa

indígena Sateré, pois não apresenta a demanda deste povo para a educação escolar. Filiou-se, tão somente, à ideologia do Estado, numa reprodução do discurso posto no RCNEI.

Dadas as condições de produção, isto é, ser contexto discursivo acadêmico, haveria espaço para se traçar uma discussão sobre a educação especificamente Sateré-Mawé, mas esse silêncio pode ser analisado da seguinte forma: o espaço escolar tradicionalmente não é da cultura indígena.

A escola chegou às comunidades indígenas no período da colonização, cuja finalidade, naquele momento, era catequizar os indígenas. Mas na escola implantada em terras indígenas, o saber indígena, a tradição oral, as línguas nativas foram discriminados em sala de aula. Por direito à educação intercultural e bilíngue ser recente (há 30 anos que a Constituição de 88 garantiu esse direito aos povos nativos), eles ainda estão a entender esse processo e a tornarem-se autônomos na construção de sua educação escolar. Antes do contato os conhecimentos eram somente passados pela oralidade na lida das atividades diárias, pelo exemplo e pelos mais velhos. Assim, essas condições de produção sobre esse saber contribuem para o sujeito discursivo se filiar à FD que registram o conhecimento institucionalizado nas Leis sobre educação escolar, sem trazer para o espaço acadêmico a compreensão Sateré-Mawé sobre educação escolar específica para seu povo.

Posição sujeito na dissertação a educação escolar de indígenas Tikuna do Alto Solimões

Da mesma forma que procedemos anteriormente, nesta seção, serão apresentadas sequências discursivas retiradas da dissertação em estudo, a fim de identificar as posições-sujeito assumidas pelo sujeito indígena Kaixana para verificar se elas se filiam às formações ideológicas de valorização dos povos indígenas.

Podem-se perceber também duas posições-sujeito: a forma-sujeito indígena e a forma-sujeito acadêmico no trabalho de conclusão de mestrado do aluno Kaixana. O sujeito do discurso (forma-sujeito) traz do interdiscurso da ciência e do interdiscurso do colonizador saberes historicamente estabilizados na memória discursiva:

SD6: Houve a proposta de refletir sobre como os Ticuna interagem com as ideias e os materiais que não são nativos, que

não fazem parte do universo dos índios. Um tópico sobre a educação ocidental em detrimento à educação Ticuna foi estipulado e, com ele, novas interpretações sobre as diferenças entre os índios e os brancos foram alcançadas (ALUNA KAIXANA, 2016, p.12).

SD7: A Educação Formal Indígena perpassa ou devia perpassar imensamente por essa possibilidade, a de ser orientada por índios mediante saberes indígenas em diálogo com as sociedades do entorno (ALUNA KAIXANA, 2016, p.32).

SD8: Nesse sentido, professores indígenas têm o complexo papel de compreender e transitar nas relações tecnológicas e midiáticas modernas. São interlocutores privilegiados entre mundos ou entre culturas (ALUNO KAIXANA, 2015, p. 60);

O sujeito do discurso é o sujeito acadêmico, apesar de etnicamente ser indígena e ser também professora, fala de um lugar diferente do seu lugar social, ou seja, constrói-se como sujeito acadêmico, cuja enunciação é distanciada do seu objeto de estudo: “os índios, dos índios, por índios, professores indígenas”. Ao mesmo tempo, as SDs 6, 7 e 8 apontam para a formação discursiva colonizadora, que nomeou os habitantes das terras brasílicas de índios por acreditarem ter chegado às índias. Ideia reforçada pela oposição dos lexemas “os índios e os brancos”, os quais ativam a memória discursiva trazendo à tona o conflito entre indígenas e o colonizador, que levou ao extermínio de populações indígenas inteiras e a serem tratados como selvagens.

O sujeito do discurso trata uma característica cultural dos indígenas como obstáculo ao aprendizado:

SD9: Ao observar o desempenho dos alunos indígenas nas disciplinas do Ensino Médio, constatou-se que em se tratando de comportamento eles são tímidos e vergonhosos, mas apresentam potencial. Pouco participam das aulas, mas costumam ser muito esforçados em seus trabalhos apesar das dificuldades (ALUNO KAIXANA, 2015, p. 67)

O sujeito discursivo entende que os alunos Tikuna são tímidos e vergonhosos, características que os fazem não participarem das aulas. Uma possibilidade de leitura dos sentidos é possível, uma vez que “o todo da língua só existe constituído pelo signo ausente, pelo não dito” (Pêcheux, 2004 [1981], p. 74). Isto é, a não participação nas aulas pode ser uma discordância do

modelo e dos conhecimentos repassados em sala de aula, uma afirmação de identidade étnica e de resistência cultural. Portanto, a posição discursiva do sujeito é a colonizadora, pois os coloca como “esforçados, com potencial”, ou seja, atesta que estão num lugar social: “selvagens”; mas podem/devem chegar a outros: civilizados. Em dois momentos do texto o sujeito discursivo destaca sua identidade étnica indígena:

SD10: Enquanto pessoa indígena notei tais controvérsias relacionadas à educação escolar indígena e me propus a tentar escrever reflexões a respeito (ALUNA KAIXANA, 2016, p. 63).

SD11: Portanto, como educadora e provinda de uma família indígena Kokama (pai e avô) e Kaixana (avó), pessoalmente senti-me privilegiada em participar do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, como uma forma de compreender as dificuldades enfrentadas por inúmeros índios todos os dias em relação à educação dita por nós diferenciada, formal, escolar, que abarca uma série de problemáticas (ALUNA KAIXANA, 2016, p. 69).

Estes foram os únicos momentos em que o sujeito discursivo aponta seu lugar social: descendente de indígenas Kokama e Kaixana, mas, em seguida, volta a se inscrever como sujeito acadêmico, ao distanciar-se do objeto de estudo em: “inúmeros índios”; e como sujeito colonizador pelo uso da terminologia “índios”, discutida anteriormente. Assim, identificam-se nessas SDs duas posições-sujeito presente no texto (sujeito acadêmico e sujeito colonizador) e a formação ideológica de que o indígena é selvagem, inferior.

Sendo as condições de produção iguais às do texto analisado anteriormente, entende-se que a contribuição delas atua da mesma forma para a produção textual do aluno Kaixana, porém ele já conseguiu ressignificar esse espaço ao deixar entrever sua etnicidade.

Formação discursiva sobre a educação escolar na dissertação intitulada a educação escolar de indígenas Tikuna do Alto Solimões

O sujeito do discurso apresenta enunciações trazidas da formação ideológica do direito e do seu conhecimento de mundo para conceituar Educação Escolar Indígena:

SD12: A Educação Formal Indígena perpassa ou devia perpassar imensamente por essa possibilidade, a de ser orientada por índios

mediante saberes indígenas em diálogo com as sociedades do entorno (ALUNA KAIXANA, 2016, p. 31).

A leitura que se tem, a partir da SD12, sobre educação escolar indígena é a de que é ou deveria ser um entremeio, em que ocorrem ou deveriam ocorrer tanto conhecimentos indígenas quanto não indígenas: “orientada por índios mediante saberes indígenas em diálogo com as sociedades do entorno”. Também é concebida como espaço de confronto entre visão de mundo indígena e a não indígena:

SD13: Mas nem sempre ocorre e quando ocorre a intensidade desse diálogo indígena com a sociedade ocidental, branca, dá-se em conformidade ao que é melhor para os povos étnicos. É uma situação tênue, que necessita ser muito dialogada e ponderada (ALUNA KAIXANA, 2016, p. 31).

No entanto, nesse confronto de formações ideológicas, os conhecimentos indígenas terminam perdendo espaço para o conhecimento do não indígena. Até porque a escola é um lugar que foi imposto aos indígenas como espaço de diálogo com saberes outros. O sujeito discursivo, ao explicar o papel da escola, filia-se à formação ideológica do não indígena, que vê a escola como local importante, quase exclusivo, para desenvolvimento da criança:

SD14: o essencial da escola é que ela ajuda as crianças a se socializarem e nessa dinâmica de socialização se inserem os passos para o crescimento. Até mesmo porque, a rigor, é lugar que, por vias formais, institucionais, foi criado e que serve para crianças e jovens se unirem, compartilharem experiências. Basta que haja um planejamento voltado para isso, para o diálogo dos saberes indígenas com os saberes da sociedade dos brancos (ALUNA KAIXANA, 2016, p. 31).

Não verificamos a concepção especificamente Kaixana de como seria a educação escolar. Assim como no discurso Sateré-Mawé, temos apenas posição discursivas do Estado sobre a temática. Dessa forma, observa-se que o sujeito discursivo, apesar de ter a posição sujeito indígena e o lugar social indígena, no texto fala de outro lugar: o acadêmico científico filiado à visão institucional sobre educação escolar indígena.

Pêcheux (*apud* GRIGOLETTO 2005a), ao mencionar o “efeito social,” afirma que este é determinado por aquele e vice-versa. Ou seja, o lugar discursivo seria efeito do lugar social que, por sua vez, também seria resultante

do lugar discursivo. É esse “efeito sociedade” que ativa no interlocutor o mecanismo da antecipação dos sentidos que seriam usados pelos alunos indígenas. Mas essa expectativa não é satisfeita, como visto, na formulação do discurso, conforme o analisado no *corpus*. Das três formas de assumir a posição-sujeito descritas por Peuceux (1975), por meios das quais se constroem discursivamente os sujeitos e, conseqüentemente, as identidades, os autores evidenciaram fortemente a segunda. Nessa, não se satisfaz a expectativa de a construção ocorrer com os sentidos históricos e sociais de sua origem e, de forma inconsciente, eles adotam outras FDs que se acreditava não os afetarem ou que não os deveriam afetar tão fortemente.

Isso pode ser pensado também da maneira proposta por Grigoletto (2005). Segundo essa autora, a identidade com a qual o sujeito empírico supostamente se apresentaria se encontra apenas no plano da constituição do discurso. Nesse estágio, seu lugar discursivo seria efeito direto de seu lugar social. Porém, ao passar para a formulação, já sob a pressão das condições de produção, o sujeito é afetado por formas-sujeito representantes de outras FDs, momento em que pode acontecer a identificação com sentidos diferentes. Assim é construída com esses sentidos uma rede de posições distintas, e o sujeito passa, então, a significar por meio de uma espécie de polifonia discursiva, que quebra a expectativa que seu interlocutor construiu ao esperar a relação direta com a posição social que ocupa.

CONCLUSÕES

A partir das análises dos trabalhos de conclusão de graduação e de dissertação de mestrado, que trouxemos como *corpus* neste trabalho, podemos afirmar que não há correspondência entre lugar social de indígena e as posições que se marcam em seu discurso. Nos textos do sujeito Sateré-Mawé, o sujeito do discurso se inscreve na formação ideológica acadêmica científica, ao utilizar a terceira pessoa para falar do seu próprio povo: os índios. Ao mesmo tempo, essa expressão retoma, por meio da memória discursiva, a formação ideológica do colonizador que nomeou os habitantes da terra Brasil de índios por acreditar que aportava nas Índias. Por fim, identificou-se o sujeito discursivo como portavoz da ideologia do Estado sobre Educação Escolar Indígena, uma vez que não demonstra no seu texto filiação com conceitos específicos de educação escolar do povo Sateré. Só há reprodução dos dizeres do Estado sobre o tema. Logo, os

conhecimentos indígenas são mais uma vez silenciados, mesmo num espaço (TCC) que poderia ser de evidenciação das pautas indígenas.

Nos textos do sujeito Kaixana, a situação não é diferente: temos um sujeito assujeitado à ideologia do colonizador, tratando o indígena como tímido, mas com potencial para desenvolver-se, ou seja, que pode se integrar à escola/mundo não indígena. Por fim, retoma o discurso do Estado ao entender a Educação Escolar Indígena como lugar de confronto e conflito entre conhecimentos, sendo que o conhecimento do não indígena é que prevalece. Dessa forma, temos a prevalência mais uma vez da ideologia do não indígena, mesmo num espaço em que a priori se espera encontrar a voz do indígena, sua visão de mundo e saberes.

Diante do exposto, apesar dos esforços para ressignificar os trabalhos acadêmicos de forma a serem constituídos com base na perspectiva indígena, isso não está acontecendo, inclusive nos próprios textos de alunos indígenas. Posição-sujeito indígena, portanto, não significa que eles não se filiarão em seus textos a formações discursivas ligadas a ideologias do colonizador.

REFERÊNCIAS

CSPM. **Nossa unidade de beneficiamento.** Disponível em: <https://photos.google.com/share/AF1QipPUSoFvQxtwJ-RiIlwZx3qVMOU04BgxooxWvYAdiwDLNZFosH6cfN8yz6WqsWVJug/photo/AF1QipPndQDHkFcGhXolugylrcXpXhJAC-aqa4OHdjYc?key=MEtDd1FbDVHUW1OcXg2dC1HeGZzZXhYUXFjaGh3>. Acesso em: 09 ago. 2018.

GREGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica:** um espaço discursivo intervalar. (Tese de doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2005a.

GREGOLETTO, Evandra. **Do Lugar Social ao Lugar Discursivo:** O imbricamento de Diferentes Posições-Sujeito. Nos Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2005.



IBGE. **O Brasil Indígena.** Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>. Acesso: 10 fev. 2020.

ORLANDI, Eni. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês (Org.) **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado.** Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2001a. p. 203-212

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001b.

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico:** para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002a.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso:** princípios e procedimento. Campinas, SP: Pontes, 2002b.

ORLANDI, Eni. A Análise do Discurso e possível? **Língua e Instrumento Linguístico**, n. 44, p. 138-156, jul./dez. 2019.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 2ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, François ; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso.** Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1969. p. 61-161

PÊCHEUX, Michel. (1975). **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

POUTIGNAT, Philippe STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TASSO, Rosana Dutra. **Uma Desordem Silenciada? O Sujeito e a Identidade em Questão.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/RossanaDutraTasso.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

TEIXEIRA, P. **Sateré-Mawé: Retrato de um povo indígena:** Diagnóstico sócio participativo: UFAM, Manaus, 2005.

RODRIGUES, Aryon. **Línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/2718534-Linguas-indigenas-brasileiras-amecadas-de-extincao-arvon-dall-igna-rodrigues-laboratorio-de-linguas-indigenas-universidade-de-brasilia.html>. Acesso em: 22. Set. 2018.

SOCIOAMBIENTAL. **Os Kaixana.** Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaixana>. Acesso em: 18 out. 2018.

SILVA, André Cavalcante Barbosa. **O Imaginário em Torno do “Ser Índio” no Discurso do/sobre o Sujeito-Indígena:** entre o assujeitamento e a resistência. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2017.

SIMAS, Hellen Cristina Picanço; FERNANDES, Tayana Nazario e PEREIRA, Adrielly. A Língua Sateré-Mawé em contexto urbano. In: BARTOLI, Estevan. Et al. (Org) **Parintins: Sociedade, território e linguagens.** Manaus: EDUA, 2016.

YAMÃ, Yaguarê. **Sehaypóri:** o livro sagrado do povo Saterê-Mawé. São Paulo: Petrópolis, 2007.

Recebido em 19 de março de 2020

Aprovado em 23 de junho de 2020